



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº ~~31~~ 311/2019

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Processo nº - 2620/19

Relator: Deputado Francisco Tenório

Encontra-se nessa Comissão para análise e parecer, o Projeto de Lei nº ~~307~~ 307/19, de iniciativa do Deputado Bruno Toledo, que “ESTABELECE COMPETÊNCIA DE TABELIONATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A matéria foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para ser analisada quanto aos aspectos definidos no artigo 125, inciso II, do Regimento Interno.

Para o autor da matéria, a proposição visa a ampliação de serviços cartoriais, possibilitando que o Segundo Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Maceió também esteja apto à exercer a competência de Tabelionato de notas em equiparação ao Primeiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Maceió.

A matéria encontra amparo *caput* do artigo 236 da Constituição Federal que versa sobre o caráter privado dos cartórios, mas que é exercido por delegação do Poder Público, senão vejamos:

**Art. 236.** Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.

Inexistindo óbices quanto ao aspecto constitucional que nos compete examinar, somos de parecer favorável a aprovação do presente projeto.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, ~~05~~ 05 de novembro de 2019.

 PRESIDENTE

 RELATOR

 ADILSON

 ADILSON

 ADILSON